



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES  
CONSULTA PÚBLICA Nº 8/2019 - de 06/03/2019 a 04/04/2019

NOME: Golar Power LATAM Participações e Comércio LTDA

<input checked="" type="checkbox"/> agente econômico <input type="checkbox"/> consumidor ou usuário			<input type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor
Edital de Chamada Pública para a contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural referente ao Gasoduto Bolívia-Brasil (Rede de Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.)			
ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA	
Edital de Chamada Pública para a contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural referente ao Gasoduto Bolívia-Brasil (Rede de Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.)	Inclusão de Ponto de Entrada em Garuva – Terminal Gas Sul/Golar Power LATAM	Considerando que a chamada pública objeto desta consulta tem por objetivo suprir a capacidade de transporte firme a ser liberada com o vencimento do Contrato TCQ celebrado entre Petrobras e TBG (“Chamada Pública”), a Golar Power Latam Participações e Comércio Ltda. (“Golar Power”) aproveita a oportunidade para, respeitosamente, reafirmar sua disposição em apresentar formalmente seu projeto para participação na citada Chamada Pública, assim como suas contribuições com respeito ao edital desta Chamada Pública (“Edital”), para consideração dessa Agência. A Golar Power, empresa internacionalmente reconhecida por sua atuação em projetos de LNG-to-Power, com planos de expandir seu portfólio no Brasil, está desenvolvendo uma instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário para a movimentação de Gás Natural Liquefeito (“GNL”) no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina (“Terminal Gás Sul” ou “TGS”). O referido projeto tem por objetivo primordial aumentar a confiabilidade do suprimento de gás à região sul do Brasil, e aumentar significativamente a disponibilidade desse insumo para a geração energética, possibilitando não só a retomada do processo de substituição de combustíveis com maiores níveis de emissão poluente, tais como diesel, óleo combustível e carvão, mas, também, a possibilidade de suprimento a novos projetos de geração termelétrica,	

		<p>contribuindo para a consolidação da segurança energética no Brasil. Este objetivo está profundamente em linha com as proposições do Ministério de Minas e Energia (“MME”) no âmbito do programa do Gás para Crescer, em particular no tocante à expansão da escala de geração termelétrica de base no país por conta da redução da capacidade de regularização na geração hidroelétrica e da maior participação das fontes renováveis no sistema elétrico brasileiro. Assim, a instalação a ser desenvolvida consistirá em uma embarcação do tipo Floating Storage Regasification Unit (“FSRU”) para operação de recepção e armazenagem de GNL, regaseificação e transferência de Gás Natural (“GN”) com capacidade de ofertar até 15,0 MM³/dia de gás ao mercado da região Sul. Tal FSRU receberá cargas de GNL (refrigerado e condensado ao estado líquido) importadas do exterior por meio de navios tanque criogênicos, sendo esse gás recebido, armazenado e regaseificado na FSRU, que ficará ancorado na Baía da Babitonga a cerca de 300 metros da costa da Ilha de São Francisco, e a cerca de 1 quilômetro a sudoeste da Ponta do Sumidouro, em profundidade superior a 13 metros.</p> <p>A FSRU ficará amarrada em dolphins e os navios metaneiros supridores atracarão a contrabordo realizando a transferência de GNL para a FSRU por meio de braços de carregamento ou mangotes criogênicos.</p> <p>O GN será, então, transferido da FSRU até o seu ponto de entrega através de um gasoduto integrante que iniciará no respectivo terminal de regaseificação, correndo em sentido (aproximado) oeste-nordeste, sob a Baía da Babitonga, por cerca de 2 quilômetros, até a localidade de Pontal, em Itapoá, Santa Catarina. Após a entrada em terra, o gasoduto seguirá até a localidade de Garuva para posterior interconexão ao Gasoduto Bolívia-Brasil (“Gasbol”), atualmente operado pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (“TBG”).</p> <p>Com relação às autorizações aplicáveis, o TGS já conta com registro junto à ANTAQ, publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro, e o processo administrativo junto à Secretaria de Patrimônio da União objetivando firmar o contrato de Cessão Onerosa do Espelho d’água está em vias de ser concluído, conforme Portaria SPU 7.145/18.</p> <p>Ademais, entre os meses de março e abril de 2019 há expectativa de emissão da Licença Prévia Ambiental por parte do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, uma vez que já foram realizadas as três audiências públicas relativas ao processo de</p>
--	--	---

		<p>licenciamento ambiental, assim como os questionamentos levantados no âmbito dos mesmos foram devidamente esclarecidos.</p> <p>O cronograma do empreendimento prevê que, em havendo a decisão final de investimento no primeiro semestre de 2019, a operação comercial poderá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2021, o que habilitaria o TGS como uma nova alternativa para também suprir parte da demanda de Gás Natural das Distribuidoras MSGas, Gás Brasileiro, Compagas, SCGas e Sulgas (“Distribuidoras do Sul”) em seus processos de chamada pública individuais, ora em curso.</p> <p>O alinhamento entre o cronograma de implementação do TGS e o potencial suprimento das Distribuidoras do Sul é um dos fatores importantes para a viabilidade do empreendimento como um todo. Isso porque, projetos de tamanha magnitude e complexidade como esse pressupõem altas despesas de capital, além da mobilização expressiva de recursos logísticos, humanos e operacionais, sendo que o suprimento às Distribuidoras do Sul viabilizado pela Chamada Pública poderia representar uma expressiva parcela do GNL a ser regaseificado no TGS.</p> <p>Assim, diante da realização da Chamada Pública para reconstrução de capacidade no Gasbol, a Golar Power iniciou, em 2017, contato direto com TBG e ANP, esperando garantir a inclusão do novo ponto de interconexão entre o gasoduto integrante do FSRU e o Gasbol no município de Garuva (“Ponto de Entrada”) no projeto de referência do Gasbol constante do Edital a tempo da decisão final de investimento.</p> <p>Considerando que TBG e ANP encontram-se cientes das intenções e do projeto da Golar Power, usamos da oportunidade desta Chamada Pública para solicitar, de forma pública e transparente, a inclusão do Ponto de Entrada no município de Garuva, comprometendo-nos a (i) arcar com os investimentos na construção do Ponto de Entrada, considerando os equipamentos e especificações exigidos na regulação para tanto, em comum acordo com a TBG e ANP; e (ii) assegurar que, caso necessário, a interconexão não gere incremento na Capacidade de Técnica de Transporte do Gasbol, conforme definida no Anexo I do Edital.</p> <p>Como a Golar Power arcará integralmente com os investimentos necessários à instalação do novo Ponto de Entrada, não havendo impactos na definição das tarifas aplicáveis e incremento de capacidade associada ao Ponto de Entrada, entendemos que não há quaisquer empecilhos legais ou regulatórios para que o pleito da Golar Power seja aceito.</p>
--	--	---

		<p>Para mais, entendemos ser defensável que a inclusão do Ponto de Entrada pode ser acatada imediatamente pela TBG, até mesmo na hipótese teórica em que se provoque o aumento na Capacidade Técnica de Transporte a ser ofertada na Chamada Pública. Isso porque, o histórico operacional do Gasbol e as informações técnicas constantes do Edital indicam que inovações operacionais significativas e até mesmo o aumento factual da capacidade de transporte ocorreram no gasoduto sem grandes custos burocráticos e regulatórios para a transportadora.</p> <p>Dentre essas inovações, cabe destaque à inclusão da EMED REPLAN como um dos dois pontos de recebimento cuja capacidade será ofertada na Chamada Pública (ver Item 5.7.1.1 do Edital). Segundo informações públicas, até 2016, a EMED REPLAN operava somente como um ponto de entrega do gás natural, passando a funcionar como um ponto de recebimento após uma manobra operacional de reversão de fluxo para atender ao carregador incumbente que foi classificada pela própria TBG com uma evidência da “flexibilidade operacional do sistema de transporte”.</p> <p>Ocorre que, com base nas informações públicas disponíveis, a EMED REPLAN, permanece autorizada somente como um ponto de entrega de gás natural (Autorização ANP nº 93/2004), não obstante a mudança permanente em suas características evidenciada por sua inclusão como um ponto de recebimento no Edital. Tal fato parece corroborar o entendimento de que os eventuais ajustes operacionais necessários para a inclusão do Ponto de Entrada no Edital não são justificativa suficiente para sua recusa, já que a evidente flexibilidade do sistema comportaria a solução sem grandes impactos técnicos, dispensando a necessidade de complexos arranjos burocráticos junto à ANP.</p> <p>É pertinente observar, ainda, que as informações constantes da minuta de Edital acerca da Capacidade Disponível indicam valores superiores àqueles tradicionalmente atribuídos ao Gasbol, o que pode assinalar a possibilidade técnica de aumento da capacidade do gasoduto sem quaisquer alterações físicas nas instalações. Um exemplo dessa tendência são os cerca de 21 MMm³/d previstos nas Tabelas C.1 e C.2 do Edital para oferta, tanto para zonas de entrada como de saída, excedendo os 18,08 MMm³/d a serem liberados pelo Contrato TCQ.</p> <p>Além disso, aparentemente há inconsistências entre a soma dos volumes de capacidade das zonas de entrada e saída informados no Edital e a capacidade total conhecida do Gasbol de 30 MMm³/d em seus outros pontos de recebimento.</p>
--	--	--

		<p>Dessa forma, em sendo a TBG capaz de ofertar capacidade no Gasbol superior a atual, sem promover quaisquer alterações físicas relevantes nas instalações, entendemos que em respeito ao Princípio da Eficiência – que busca a obtenção da maior realização prática possível das finalidades do ordenamento jurídico, com os menores ônus possíveis, tanto para o próprio Estado como para a liberdade dos administrados, com mais bem explicado abaixo – qualquer capacidade adicional causada pela inclusão do Ponto de Entrada poderia ser considerada e ofertada nesta Chamada Pública através da mera atualização do Edital e de seus cálculos.</p> <p>Entendendo, ainda, que a minuta de Edital tem caráter provisório e pode ser corrigida/esclarecida no futuro, a Golar assegura que, caso os números definitivos do Edital não suportem a interpretação acima, reiteramos que a Capacidade de Técnica de Transporte não deverá ser alterada com a inclusão do Ponto de Entrada no município de Garuva. De modo geral, ademais, alia-se ao pleito da Golar o fato de a interconexão aqui solicitada ser uma forma de acesso ao Gasbol por parte de seus potenciais clientes, fato estritamente ligado ao Princípio do Livre Acesso, conforme especificamente endereçado pela Lei do Gás:</p> <p>“Art. 34. O acesso ao serviço de transporte firme, em capacidade disponível, referido no inciso I do caput do art. 33 desta Lei, dar-se-á mediante chamada pública realizada pela ANP, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia.</p> <p>Parágrafo único. Os acessos aos serviços de transporte interruptível, em capacidade ociosa, e extraordinário, em capacidade disponível, dar-se-ão na forma da regulamentação, assegurada a publicidade, transparência e garantia de acesso a todos os interessados.”</p> <p>Seguindo a diretiva legal para o Livre Acesso, a ANP, ao detalhar o marco regulatório referente ao acesso de terceiros na atividade de transporte através da Resolução nº 11/2016, consolidou o princípio da não-discriminação como indispensável à alocação de capacidade entre carregadores durante chamadas públicas para a contratação de capacidade, além de expressamente declará-lo como um dever expresse para todos os transportadores em seu Artigo 3º:</p> <p>“Art. 3º. O Transportador deve permitir o acesso não discriminatório de terceiros às suas Instalações de Transporte, mediante remuneração</p>
--	--	---

		<p>adequada, calculada segundo os critérios estabelecidos pela ANP.” Além disso, frisamos que há manifestação de demanda no mercado por preços mais competitivos de gás natural, notadamente das Distribuidoras do Sul, o que é um forte indício de que o acesso ao Gasbol é essencial para a consecução do interesse público na diversificação do fornecimento de gás natural na matriz energética nacional.</p> <p>Nesse mérito, essa d. Agência, através de estudos recentes (Nota Técnica 14/2018/SIM – “A Promoção da Concorrência na Indústria de Gás Natural”), chamou atenção para as fortes incertezas acerca da capacidade da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (“YPFB”) em continuar exportando gás natural para o Brasil nos mesmos volumes observados no passado, o que reforça o argumento da necessidade de garantia de suprimento à demanda interna, dando mais força à premência da entrada de mais agentes fornecedores no mercado brasileiro.</p> <p>Ainda tratando dos benefícios concorrenciais da inclusão do Ponto de Entrada no Edital, é fundamental evocar as diretrizes do programa Gás para Crescer para o setor de transporte de gás natural, principalmente a implementação do regime de contratação por entradas e saídas. Inclusive, os estudos desenvolvidos no âmbito do programa indicaram este tipo de contratação como a medida mais abrangente a ser adotada para o desenvolvimento e aumento da concorrência no mercado brasileiro. Dessa forma, é possível que os carregadores contratem a entrada e a saída do gás natural em pontos separados e independentes, o que transforma o gás natural em um produto homogêneo e gera um incentivo à maximização do número de agentes a negociar entre si.</p> <p>Como essa Chamada Pública será a primeira experiência de contratação sob o regime de entradas e saídas, entendemos que a inserção de novo Ponto de Entrada em Santa Catarina poderá contribuir para a modicidade tarifária no transporte, especialmente para os estados da Região Sul do país.</p> <p>A aplicação prática dessas premissas através da inclusão do Ponto de Entrada está profundamente em linha com as políticas energéticas brasileiras, que tiveram seus objetivos definidos no artigo 1º da Lei nº 9.478/1999 (Lei do Petróleo). Tais objetivos incluem o aumento, de forma economicamente viável, da utilização do gás natural e também promoção da livre concorrência.</p> <p>Por fim, suporta o pleito da Golar Power o Princípio da Eficiência, que consiste na busca pelo administrador da obtenção da maior</p>
--	--	---

		<p>realização prática possível das finalidades do ordenamento jurídico, com os menores ônus possíveis, tanto para o próprio Estado como para a liberdade dos administrados. Logo, incluir o Ponto de Entrada no objeto deste Edital significaria realizar a finalidade do Livre Acesso ao Gasbol da forma mais eficiente e isonômica possível uma vez que se evitaria os altos custos burocráticos associados à futuros e incertos procedimentos de chamada pública.</p> <p>À luz de todo exposto, entendemos restar claro que a implementação do Terminal Gás Sul traz em si potencial extremamente benéfico para múltiplos agentes da cadeia de valor do gás natural, além de se alinhar profundamente com as principais diretrizes políticas para o setor na atual conjuntura mercadológica, de modo que a recusa da inclusão do Ponto de Entrada e o consequente comprometimento da janela de viabilização comercial do projeto representariam uma grande perda de oportunidade para o setor de gás natural.</p> <p>Por fim, esperando parecer favorável à sugestão de alteração da minuta de Edital conforme aqui apresentada, a Golar Power renova seus protestos de mais alta estima pelo trabalho dessa d. Agência e se coloca inteiramente à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais necessários.</p> <p>* * * *</p>
6.1.10	Esclarecimento	<p>Sugerimos que sejam disponibilizadas tabelas que incluam não só as Capacidades Disponíveis, como, também, as capacidades máximas operacionais e as devidamente autorizadas. Também deveria constar, nas tabelas, as Capacidades efetivamente contratadas, indicando o prazo de contratação.</p>

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: [sim@anp.gov.br](mailto:sim@anp.gov.br), fax (21) 2112-8618.